



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 1 [recurso eletrônico] /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-410-8

DOI 10.22533/at.ed.108201809

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
Wagner Sousa de.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. I**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse primeiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos, a proteção da criança e do adolescente, o direito e a bioética, impactos ambientais decorrentes da ação humana, além de uma seção de temas diversos.

Na etapa dos direitos humanos há análises interessantes como sobre ordem econômica e desenvolvimento, fundamentação de decisões judiciais, vulnerabilidades e educação, a descriminalização do aborto e a crise humanitária em razão da migração em busca de refúgio.

Na proteção da criança e do adolescente são verificadas contribuições que versam sobre o ser criança e a política de assistência social em Caruaru, município de Pernambuco.

Em direito e bioética são encontradas questões como o nascituro microcéfalo e bioética e odontologia.

No debate impactos ambientais decorrentes da ação humana, aqui é contemplada a atividade da mineração, conflitos de morada em unidade de conservação em João Pessoa, município da Paraíba, bem como a violação de direitos de mulheres atingidas por barragens.

Por fim, temas diversos atinge os abordagens sobre desafios da relação humanidade, culturas e meio ambiente em momentos de pandemia, a antiética na investigação científica, o lawfare e a atividade jurisdicional, cartel e responsabilidade civil, além do pensamento decolonial.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TENTATIVAS DE REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO	
Bianca Lucena Simões	
Tháís Luna de Carvalho Tito	
Rafael Baltar de Abreu Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1082018091	
CAPÍTULO 2	11
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UM DOS DIREITOS HUMANOS	
Pedro Henrique dos Santos	
Marcos César Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.1082018092	
CAPÍTULO 3	26
ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	
Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz	
Claudio Roberto Araújo Castro	
Dalila Maria de Fátima Lisbôa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018093	
CAPÍTULO 4	34
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Letícia do Carmo Souza	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018094	
CAPÍTULO 5	46
CRISE HUMANITÁRIA DE REFUGIADOS: O EXACERBADO NACIONALISMO EUROPEU À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Letícia do Carmo Souza	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018095	
CAPÍTULO 6	57
MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA	
Camila Alessandra Scarabel	
Danielle Gonçalves Correia	
Denise de Carvalho Campos	
Helena de Jesus Abreu Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018096	

CAPÍTULO 7	65
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UMA LEITURA DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CREAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	
Karinny Lima de Oliveira	
Maria Perpétua Socorro Dantas	
Daniele Medeiros Pereira	
Joana D'arc da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018097	
CAPÍTULO 8	76
A DESUMANIZAÇÃO DO NASCITURO MICROCÉFALO	
Thiago Guedes de Oliveira Lima	
Anna Luiza de Carvalho Lisboa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018098	
CAPÍTULO 9	88
BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA	
Christiana Almeida Salvador Lima	
Wellington Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1082018099	
CAPÍTULO 10	107
RETORNO DAS OPERAÇÕES DA SAMARCO MINERAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR	
Marcelo Quintino dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.10820180910	
CAPÍTULO 11	115
CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB	
Tereza Cristina Araújo de Oliveira	
Rogério dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.10820180911	
CAPÍTULO 12	125
A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	
Laine Motter Oliveira	
Ana Cecília de Araújo Teixeira	
Érica Fernanda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10820180912	
CAPÍTULO 13	133
ANÁLISE DO MODELO FUNDADO PELA SOCIEDADE MODERNA, A CRISE DA MODERNIDADE E AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA RELAÇÃO HUMANIDADE,	

CULTURAS E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Emanoel Ferdinando da Rocha Jr.
Cicera Maria Alencar do Nascimento
Tereza Lúcia Gomes Quirino Maranhão
Mabel Alencar do Nascimento Rocha
Jorge Luiz Gonzaga Vieira
Thiago José Matos Rocha
Adriane Borges Cabral

DOI 10.22533/at.ed.10820180913

CAPÍTULO 14..... 145

OS DESDOBRAMENTOS PROVENIENTES DA PRÁTICA DO CARTEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Francisco das Chagas Bezerra Neto
Raíssa Julie Freire Gouvêa
Clarice Ribeiro Alves Caiana
José Nunes de Oliveira Neto
Hugo Sarmiento Gadelha
Aline Carla de Medeiros
Patrício Borges Maracajá

DOI 10.22533/at.ed.10820180914

CAPÍTULO 15..... 155

PRÁCTICAS ANTIÉTICAS EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

Clayson Marlei Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.10820180915

CAPÍTULO 16..... 172

O LAWFARE COMO UM PRODUTO DO JUIZ HÉRCULES, UM STANDARD DA JURISTOCRACIA

Francisco de Assis Macedo Barreto

DOI 10.22533/at.ed.10820180916

CAPÍTULO 17..... 182

O NEGRO E O PENSAR DECOLONIAL: DOS MALÊS À MARIGHELLA – UM POVO CHAMADO REVOLUÇÃO

Ivan Azevedo do Nascimento
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.10820180917

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

CAPÍTULO 11

CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB

Data de aceite: 01/09/2020

Tereza Cristina Araújo de Oliveira

Mestra em Educação e Professora da
Educação Básica
João Pessoa PB.

<http://lattes.cnpq.br/6730021393324685>

Rogério dos Santos Ferreira

Doutorando Geografia UFPB
<http://lattes.cnpq.br/1852259603625840>

RESUMO: Estapesquisavisaconduziradiscussão dos conflitos socioambientais que ganha cenário a cada dia, por sua importância frente tanto ao direito constitucional a moradia, quanto a necessidade em valorizar a cultura humana como capaz de conviver harmoniosamente com recursos naturais, mesmo sendo estes com extrema necessidade de preservação. Os autores analisam os conflitos envolvendo a Comunidade da Praia do Jacarapé residente as margens do manguezal do Jacarapé, mais especificamente transformada em área protegida de proteção integral seguida e sobrepostamente como Parque Estadual e mais recentemente de uso sustentável como Área de Proteção Ambiental, com o fim de Desenvolvimento Sustentável., fazendo o uso da pesquisa-ação, onde busca estabelecer um processo de prática reflexiva com ênfase no social. Usou-se a metodologia de pesquisa-ação, na perspectiva de estabelecer um processo de prática reflexiva

com ênfase no social, buscando investigar todo o funcionamento, construção e resultado daquilo que se busca descrever. Após uma breve descrição do local e dos principais autores envolvidos na comunidade na esfera: federal, estadual, municipal, local, socioambientais e parcerias. Conclui-se que a população local tem resistido e buscado um processo participativo de discussão acerca da inclusão social quanto à garantia da sustentabilidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito, Moradia, Unidade de Conservação, Jacarapé.

CONFLICTS OF A DWELL IN A CONSERVATION UNIT: REFLECTING ON THE RESIDENCES IN THE PROTECTED AREAS OF JACARAPÉ IN JOÃO PESSOA, PB

ABSTRACT: This research aims at conducting the discussion of socio-environmental conflicts that gain scenery every day, due to their importance both to the constitutional right to housing, and the need to value human culture as capable of living harmoniously with natural resources, even if these are in extreme need of preservation. The authors analyze the conflicts involving the Jacarapé Beach Community living on the shores of the Jacarapé Mangrove, more specifically transformed into a protected area of integral protection followed and overlapped as a State Park and more recently of sustainable use as an Environmental Protection Area, with the purpose of Sustainable Development. The action research methodology was used, with the perspective of establishing a process of reflexive practice with emphasis on the social, seeking to

investigate all the functioning, construction and results of what is sought to describe. After a brief description of the place and the main authors involved in the community in the sphere: federal, state, municipal, local, socioenvironmental and partnerships. It is concluded that the local population has resisted and sought a participatory process of discussion about social inclusion in terms of ensuring environmental sustainability.

KEYWORDS: Conflict, Housing, Conservation Unit, Jacarapé.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca empreender uma reflexão a respeito do empasse estabelecido entre os direitos fundamentais de moradia e a necessidade expressa do direito a preservação do meio ambiente. Existindo propriedade em áreas de preservação ambiental ou em ambiente mais restritivo de Unidades de Conservação, as moradias mesmo sendo alicerce reconhecido legalmente como da ordem econômica constitucional, estas imediatamente a criação de uma Unidade de Conservação, passa a descumprir com sua função social. instituto incipiente para sua garantia constitucional, quando se sobrepõe ao direito ao meio ambiente. No caso da Comunidade da Praia do Jacarapé, com existência anterior a criação de todas as Unidades de Conservação hoje existente no local, não teve a função social da propriedade considerada, mesmo à luz da Constituição de 1988 e do Código Civil de 2002, quando descrevem diretrizes e formas do Estado conduzir a intervenção no direito de propriedade, assim como a própria Lei Federal 9.9985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC, visando esta última a defender os recursos naturais.

Esta pesquisa visa colocar em evidência uma luta discursiva que ganha cenário a cada dia, por sua importância frente tanto ao direito constitucional a moradia, quanto a necessidade em valorizar a cultura humana como capaz de conviver harmoniosamente com recursos naturais, mesmo sendo estes com extrema necessidade de preservação. Sendo o caso de moradores cujo valor de existência, em sua complexidade ou sobrevida natural, extrai valores ou bens de consumo da natureza protegida. Sendo necessário buscar uma mesma compreensão acerca das considerações de justiça dentro das questões ambiental e ecológica, ou das defesas dicotômicas preservacionistas e socioambientalistas em voga.

O objetivo é buscará demonstrar que existem, a partir de modernas abordagens complementares, ou formas de leitura da realidade sociocultural existente, caminhos de compreensão destes processos de busca por justiça. Alinhando a justiça ambiental e a ecológica em busca de um parecer sobre como conviver harmonicamente em áreas protegidas, e mesmo dentro de Unidades de Conservação, sendo o caso da Comunidade da Praia do Jacarapé, residente as margens do manguezal do Jacarapé, transformada em área protegida de proteção integral seguida e sobrepostamente como Parque Estadual e mais recentemente de uso sustentável como Área de Proteção Ambiental, com o fim de Desenvolvimento Sustentável. Sendo relevante a necessidade de destacar o direito de

escuta previa daqueles que teriam suas vidas diretamente afetadas com a criação de uma Unidade de Conservação em seu lugar de morada. Não sendo feito, tal escuta ou audiência pública discursiva pelo órgão criados das áreas protegidas encontradas no local.

Sendo empregada para esta pesquisa, a pratica da pesquisa-ação, pelo envolvimento direto daqueles que pesquisam, no ambiente pesquisado. Sendo utilizado tanto a observação de campo, quanto reuniões participativas, cursos e oficinas, assim como atividades de educação e pesquisa ambiental. Buscando nas parcerias com entidades de ensino e pesquisa, assim como, bibliografias sobre o tema, o aporte científico necessário ao estabelecimento de um diálogo escrito academico.

A proposta é atender uma necessidade posta pela preservação da natureza em seu estado natural, mesmo que inexistente, e a politica pública legal e estabelecida do direito à moradia almejado e alcançado tanto no tempo de permanência, quanto no próprio reconhecimento deste fato pelos serviços públicos assistidos como água, luz, ônibus, asfalto e outros direitos adquiridos.

Neste sentido é que se busca apresentar esta discussão em torno dos direitos humanos em favor do ambiente natural desconhecido ao estabelecer uma Unidade de Conservação sem a ouvidoria ou escuta amistosa daqueles que já residiam no local.

2 | METODOLOGIA

Fazer uso da pesquisa-ação é buscar uma metodologia que não somente está bastante arraigada em projetos de pesquisa educacional como também em pesquisas sociais, e desta feita sendo introduzida nas pesquisas socioambientais por sua natureza participativa (THIOLLENT 2002, VAZQUEZ e TONUZ, 2006). Produzindo, com isto, condições ampliadas ou abrangentes para compor ação ou mesmo transformação de situações dentro da própria vida no local vista como necessária de acomodação, mudança ou adaptação.

A pesquisa-ação se inicia quando existe a caracterização dos colaboradores a forma de negociação daquilo que se pretende entre os especialistas, práticos e integrantes da pesquisa (KEMMIS E MC TAGGART, 1988; ELIA e SAMPAIO, 2001). Tendo, neste caso, a preocupação e o cuidado expresso pela metodologia em destaque de controlar a tensão entre os seus componentes, no sentido do equilibrio e hierarquia das falas entre os todos envolvidos. Ampliando o entendimento do conceito de pesquisa-ação como procura definir Kemmis e MC Taggart,1988, a partir das seguintes palavras:

“Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa...” (KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

A pesquisa-ação busca estabelecer um processo de prática reflexiva com ênfase no social, buscando investigar todo o processo de funcionamento, construção e resultado daquilo que se busca descrever. De acordo com Elliot (1997, p.17), por ser um processo que se modifica continuamente em formato aparente de espirais, a pesquisa-ação busca chegar a um resultado de reflexão e ação a a partir da figura abaixo:

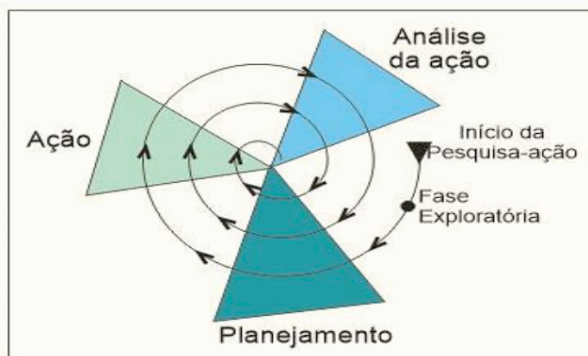


Figura 01: Ciclo Pesquisa-Ação.

Fonte: researchgate.net 2005

Na prática este espiral tem como rotina apresentada: (i) Esclarecer e diagnosticar uma situação prática ou um problema prático o qual se busca melhorar ou resolver; (ii) Formular uma estratégia de ação; (iii) Por em prática estas estratégias e avaliar concomitante sua eficiência; (iv) Ampliar a compreensão da nova situação alcançada e; (v) Seguir no mesmo procedimento com vistas a uma nova situação prática.

A pesquisa-ação, neste caso, se faz ser aplicada aqui por três principais razões a saber: caráter participativo, impulso democrático e contribuição à mudança social. No caso do objeto pesquisado, a comunidade do Jacarapé residente em uma área de preservação sob jurisdição do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza, esta prática passa a ser vista como mais adequada.

3 | DESENVOLVIMENTO

A comunidade de Jacarapé, objeto deste artigo, é uma Área de Preservação Ambiental – APP. E hoje Unidade de Conservação de Proteção Integral (Decreto Lei Estadual 23.836/2002) denominada Parque Estadual do Jacarapé. Com criação efetivada sem a devida consulta pública local, conforme Lei Federal 9.985 de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e posteriormente sendo sobrepostos esta Unidade de Conservação, pelo Parque Estadual Trilhas, através do Decreto Estadual 37.653/2017,

continuando sem a devida conversa previa com os moradores existentes, pelo exposto tanto no Artigo 22 da Lei do SNUC, quanto no seu Artigo 5º do Decreto 4.340/2002 que regulamenta a Lei do SNUC.

“A consulta pública para a criação de Unidade de Conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a Unidade.” (Decreto 4.340/2002)

Para Diegues (2005), no Livro *O Nosso Lugar Virou Parque*, ele discute que “*Nesse sentido, há necessidade de se começar a fazer no Brasil, de forma sistemática, a história ecológica não somente em nível nacional, mas também regional e até local*”. Essa história ecológica, de acordo com Worster (1988), ela necessita ser contada também a partir dos ciclos económicos, mas principalmente vendo a história das relações complexas, materiais e simbólicas produzidas pelo homem em contato com natureza.

Para José Afonso da Silva (2000), reconhecer os direitos de uso e ocupação, caracteriza-se como um reconhecimento do processo histórico de dividir a sociedade entre proprietários e não proprietários e na atualidade entre Estado e invasores, quando se trata de áreas delimitadas como protegidas.

Para Goulart e Fernandes (2012) existe o conceito de direito de propriedade com urgente necessidade de ser visitada para fins de discussão neste sentido. Sendo este conceito dividido por critérios: (i) sintético; (ii) analítico e; (iii) descritivo.

- I. Sintético - Submissão de uma coisa, em todas as suas relações, a uma pessoa.
- II. Analítica - Direito de usar, fruir e dispor de um bem e de reavê-lo de quem injustamente o possuía.
- III. Descritiva - Direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo, pelo qual uma coisa fica submetida à vontade de uma pessoa, com as limitações da lei.

Para Farias e Resenvald (2012) quando discute o direito fundamental da propriedade, destaca que é a “garantia da autonomia do ser humano e no desenvolvimento de sua personalidade”, quando “os direitos reais são outorgados a uma pessoa para a realização pessoal da posição de vantagem que exerce sobre a coisa”. (apud GOULART e FERNANDES, 2012, p. 126).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade de Jacarapé teve seu início em meados da década de 30 com a colônia de readaptação agrícola de Mangabeira. O local ficou conhecido como sítio Jacarapé, para onde os detentos eram levados com o fim de realizar trabalhos agrícolas. Posteriormente, trabalhadores da Secretaria da Agricultura da Paraíba, na década de 1960, foram contemplado com “pedaços de terra” para beneficiá-los com o trabalho rural. Cerca de 40% deste primeiros proprietários ainda permanecem no local.

Uma segunda ocupação ocorreu na década de 90, com os pescadores, hoje moradores, que pescavam na região e passaram a fixar residência devido a dificuldade no deslocamento urbano para exercer a atividade da pesca. Onde além da dificuldade da distância, ainda somava a dificuldade de transportar os apetrechos da pesca: como redes, cordas, paus, arpões e varas longas. A solução encontrada por alguns foi de fazerem as caixas para guardar seus materiais de trabalho na pesca (BAEZ, 2016; ARAÚJO, 2017).

Estando os moradores desta localidade, residindo em ambiente decretado como de Proteção Integral, sem que houvesse acordo ou diálogo prévio para uso e ocupação ou conformização com a recente Lei de proteção posta para o local. Procurando os moradores, por conta própria, e na ausência de um diálogo participativo, alimentar o princípio da sustentabilidade e resistência na ocupação histórica tradicional do local. Sendo base, o entendimento de uma luta constante por reconhecimento.

4.1 A comunidade de Jacarapé

Habitada por uma população ligada à ancestralidade das famílias pesqueiras, com o sentimento de pertencimento para com a comunidade, apesar da jovialidade da ocupação (BAEZ, 2016). Por relações de parceria na pesca, por ações de fiscalização, proteção em relação à natureza primitiva do local. Atualmente o debate sobre o conceito de natureza, cultura e práticas sociais tradicionais é vista por alguns pesquisadores, como valiosas formas de manejo dos recursos naturais nas Zonas Costeiras, Cunha (2013, p. 28), “[...] o conhecimento tradicional não é algo que simplesmente se transmite de geração para geração. [...] é importante que os cientistas conheçam o que se faz nas comunidades tradicionais, e que os povos tradicionais também conheçam o que se faz nos laboratórios científicos.

Em 2002, a comunidade de Jacarapé passou a ser Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo criado o Parque Estadual do Jacarapé, e sobreposta em 2017 pelo Parque Estadual das Trilhas Cinco Rios, todos por Decretos Estaduais, sendo criado a Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado, implantada pelo Decreto Estadual nº 38.931, de 28 de dezembro de 2018, com características de restrição à exploração humana. E mais recentemente a Área de Proteção Ambiental do Jacarapé Lei 11.422/2019.

4.2 Principais atores da Comunidade de Jacarapé

O espaço sociogeográfico da Comunidade de Jacarapé é construído por diversos atores, presentes fisicamente ou não, tanto embutido na sociedade como no setor público estatal e público não estatal, que aqui são apresentados, de maneira sucinta, em seus respectivos espaços.

4.3 Esfera Federal

O Governo Federal faz-se representar na região, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Marinha do Brasil e a

Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Estes órgãos são responsáveis pela fiscalização e o patrulhamento costeiro. A atuação do IBAMA junto à Comunidade reflete um conflito existente desde o ano de 2004 que a instituição pediu a demolição das casas, sob a alegação de que a área ocupada pertencia a União e os moradores não tinham licença para ocupar o lugar. Essa postura reflete o conflito existente entre os preservacionistas e socioambientalistas, já presente no processo de promulgação da Lei nº 9.885/00 que institui o Sistema nacional de Unidades de Conservação – SNUC. No Art. 42, busca repelir a presença humana em Unidades de Proteção Integral, por outro lado, permite a presença das populações locais, consideradas como tradicionais.

“Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidade de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.”

A obrigatoriedade de tal procedimento consta no Artigo 22, segundo e terceiro parágrafos, que tratam, justamente, dos procedimentos obrigatórios que devem constar nos processos de criação, implantação de UCs, sobretudo em áreas onde exista população local ou tradicional:

“§2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§3º No processo de consulta de que trata o §2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.”

Evidentemente que estas considerações presentes na Lei nem sempre são respeitadas, pois as UCs nascem muitas vezes de processos pleno de defeitos técnicos, sem atentar para a história do local, suas características gerais e a presença humana (LEUZINGER, 2007).

No entanto, a Comunidade tem desenvolvido atividades dentro de um Projeto de Educação Ambiental na perspectiva socioambiental, onde o IBAMA tem sido parceiros em algumas ações neste último biênio.

4.4 Esfera Estadual

O Governo Estadual faz-se representar na Comunidade pela Superintendência da Administração do Meio Ambiente – SUDEMA, o Batalhão da Polícia Ambiental – BPamb e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo o primeiro órgão mais atuante na região. Apesar de muitos dos técnicos do órgão defender o entendimento socioambientalistas de que os moradores de Jacarapé devem continuar ali, outros tantos compartilham do ideal preservacionista. Além do que o gestor da SUDEMA muda a cada novo governo, Isto é, os

moradores da Comunidade de Jacarapé, através de seus representantes procuram a cada novo Superintendente que é empossado para a pasta de gestar a SUDEMA, apresentar a comunidade e sensibilizá-lo para as tensões da Comunidade.

4.5 Esfera do Município

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, no Código de Postura do Município, Seção III, Da Zona Especial de Preservação, especifica as áreas de preservação, na mesma seção diz que impõe normas específicas e direcionamento para o uso e ocupação do solo, como também diz que segue na forma da Lei Federal e Estadual. Na Comunidade é representada pela Secretaria do Meio Ambiente do Município, a Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – ENLUR e a Guarda Municipal, com o Núcleo de Educação Ambiental – GMNEA. Tanto a ENLUR como o GMNEA tem sido muito presente nas atividades sócio ambiental desenvolvido pela comunidade.

4.6 Esfera local

A esfera local é formada pelos diversos tipos de moradores da Comunidade e suas organizações ou movimentos, mas também por aqueles que frequentam a Praia com certa constância e, por isso, conservam boas relações com os moradores permanentes e se envolvem em suas lutas e mobilizações.

4.7 A Associação da Praia de Jacarapé

A Associação de Sustentabilidade dos Pescadores, Ambientalistas e Moradores da Praia de Jacarapé, existe há vinte anos, representa um dos atores mais ativo no processo de garantia da manutenção da habitabilidade por sua população. Defendem a tese de que jamais podem ser acusados de degradar o ambiente em que residem e os biomas existentes, ao contrário argumentam com registro trabalho de Educação Ambiental que desenvolvem pontualmente, tanto na preservação como na fiscalização, ora com parceria dos órgãos ambientais de fiscalização, Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Instituto Federal da Paraíba - IFPB, ora com permissão dos mesmos. Nos estudos de Baez (2016, p. 104) afirma que os pescadores da comunidade enfrentam um panorama tenso de conflitos e lutas socioambientais, que repercutiu claramente na reorganização de uma identidade coletiva mais engajada.

A população de Jacarapé é formada basicamente por dois grupos: I) os pescadores; II) funcionários públicos, comerciantes, agricultores, trabalhadores de serviços, da construção civil, aposentados e desempregados. Totalizam 88 (oitenta e oito) famílias. Os que ocupam outras atividades profissionais nos horários livres é praticada a pesca artesanal.

Entre estes moradores existem os que residem na Praia de Jacarapé com residência fixa no local e os residentes secundários. São pescadores e outros agentes, que em conjunto configuram uma identidade pesqueira ao bairro, dado a ancestralidade cultural da pesca herdada por seus familiares (ARAÚJO, 2017).

4.8 Esfera Socioambiental e Parceria

Formada por Professores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, professores do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, 8º Grupo de Escoteiro do Mar Tenente Lucena, Organizações Não Governamentais e parceiros ambientalistas identificados com a causa.

O trabalho e parceria têm acontecido em função da questão ambiental, assim como a com formação na perspectiva de qualificação da comunidade para atender ao potencial turístico. Ou seja, como se pode notar o mesmo ator pode estar em um ambiente ou outro.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, tem-se um cenário bastante peculiar na Comunidade de Jacarapé, que implica diversas interações e conflitos em uma dimensão mais restrita. A cena principal, aparentemente, fica caracterizada por duas posições polarizadas: conservação das UC, com expulsão da população local e a resistência dos moradores por mudança da natureza da UC com manutenção da população local.

No entanto, a população local tem buscado por meio de um processo participativo de discussão (poder público, ONGs, pesquisadores e ambientalistas) uma solução que atenta tanto à preocupação com a inclusão social quanto à garantia da sustentabilidade ambiental. Neste caso, têm sido realizado debates à recategorização da, no processo de alteração da classificação da UC, da faixa onde existe as moradias da população local como um espaço da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jacarapé.

A perspectiva dos moradores da Comunidade de Jacarapé é que o debate em torno da reclassificação da UC envolvendo os atores mais influentes nos conflitos socioambientais observados na área aponte para a busca de uma solução harmônica e negociada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, I. X. **Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na Paraíba: realidade e desafios**. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BAEZ, G.C.O. **Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Da Paraíba, Campina Grande, 2016.

BRASL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas/download=1206...> Acesso em: 17/08/2019

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 11 jan. 2002. Disponível em: [www.planalto.gov.br > ccivil_03 > leis > 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002). Acesso em: 17/08/2019.

CUNHA, DE Lima Helena de Oliveira. **Saberes patrimoniais pesqueiros**. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR. n. 7. P. 69-76, jan./jun.2004.

DIEGUES, A. Carlos e NOGARA, Paulo. **Nosso Lugar Virou Parque**. Estudo Socioambiental do Saco de Mamangá , Parati, Rio de Janeiro. São Paulo, NUPAUB – USP, 2005.

ELLIOT, John. **Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio**. In: GERARDI, Corinta Maria Crisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor (a)- pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: direito das famílias**. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM. 2012b.

GRABNER, Maria Luiza (coord.), **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral. Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais**. Ministério Público Federal, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 2014.

LEUZINGER, M.D. Código florestal: problemas e soluções. In: CONCEIÇÃO, M.C.F. (Coord.). **Os quarenta anos do Código Florestal Brasileiro**. Rio de Janeiro: EMERJ, p.151-197. 2007.

KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 96

Adolescente 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 83, 86

B

Barragens 111, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Bioética 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

C

Cartel 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Criança 47, 57, 58, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 79, 83, 86, 99, 102, 103

Crise Humanitária 46, 52

Cultura 28, 29, 41, 56, 67, 68, 75, 112, 114, 115, 116, 120, 142, 144, 148, 170, 190

D

Decisões Judiciais 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 179

Dignidade 2, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 32, 42, 50, 55, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Direito ao Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 28

Direitos Humanos 2, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 92, 117, 131, 132, 178, 190

E

Estudantes 26, 27, 29, 30, 31, 32, 93, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 125, 156, 170, 188

Ética 2, 27, 44, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 157, 158, 167, 170, 178, 186

F

Fundamentação 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 67, 84, 125

I

Investigação 30, 32, 36, 70, 82, 99, 117, 153, 180

J

Juiz 17, 18, 19, 20, 21, 23, 58, 155, 172, 175, 176, 177, 178, 179

L

Lawfare 172, 173, 177, 178, 179, 180

Lazer 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67, 68

M

Meio Ambiente 63, 90, 91, 92, 109, 110, 113, 116, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 190

Mineração 107, 108, 111, 113, 114, 127

N

Nascituro 41, 42, 43, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Negro 182, 184, 185, 188, 189

O

Ordem Econômica 1, 2, 4, 5, 7, 8, 116, 148, 153

R

Reforma 1, 2, 4, 5, 7

Refugiados 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 141

Responsabilidade Civil 145, 146, 151, 152, 153, 154

S

Sociedade 11, 15, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 42, 43, 48, 60, 63, 67, 68, 69, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 107, 108, 111, 119, 120, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 153, 172, 176, 179, 182, 184, 188, 189

U

Unidade de Conservação 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

V

Vulnerabilidade 26, 29, 30, 32, 69, 70, 95, 104



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade